



## “Põe a cara no sol, mona”: a heteronormatividade no exercício da profissão do jornalista *gay*

José Lima Porto<sup>1</sup>  
Sara Alves Feitosa<sup>2</sup>

**Resumo:** O artigo, originalmente pesquisa de trabalho de conclusão de curso, busca descrever como se configura a heteronormatividade na prática jornalística. Os conceitos de heteronormatividade, sexo, identidade e gênero norteiam a pesquisa, de natureza qualitativa e empírica, e estão assentados na teoria *queer*. A amostra é composta por entrevistas semi-estruturadas com dez jornalistas autodeclarados *gays* e que estão no exercício da profissão. Para a análise das entrevistas, utilizamos a técnica de análise de conteúdo. Dentre os resultados, pode-se apontar que a heteronormatividade se configura na prática jornalística através das sanções e constrangimentos que o jornalista *gay* é submetido; Através da autocensura e do disciplinamento do corpo por colegas de trabalho; Configura-se, também, no estigma, na diferença salarial, nas piadas, deboches, comentários e brincadeiras que colocam o sujeito *gay* em patamar de subalternidade.

**Palavras-chave:** jornalismo; heteronormatividade; gênero; identidade sexual; *gay*.

### 1. Introdução

A família, a igreja, a escola, entre outras instituições sociais não são espaços apenas de circulação de corpos. Todas essas instituições se estruturam como espaços de (re)produção de discursos biológicos, religiosos e políticos que determinam padrões a serem seguidos por todos os sujeitos. A naturalização de uma heterossexualidade imposta pela nossa cultura descarta quaisquer que sejam outras identidades, assim, estigmatizando sujeitos que subvertem a norma.

O sujeito da identidade *gay*, por exemplo, é colocado em um patamar de subalternidade, como observamos nos dados da pesquisa elaborada pela empresa de sistemas

---

1 Bacharel em Jornalismo pela Universidade Federal do Pampa. Mestrando em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.

2 Orientadora. Dra. em Comunicação e Informação (PPGCOM/UFRGS). Professora na Universidade Federal do Pampa.

de recrutamento e seleção, Elancers<sup>3</sup>. A pesquisa com 10 mil empresas mostra que uma em cada cinco não contrataria gays para determinados cargos. Entre as empresas consultadas, cerca de 1.500 responderam a pesquisa *online*, envolvendo 2.075 recrutadores. Outro estudo realizado pela empresa de consultoria Santo Caos<sup>4</sup> revela que pelo menos 40% dos profissionais LGBTT's (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) já sofreram discriminação no ambiente de trabalho por causa de suas condições sexuais. Enquanto isso, 13% afirmaram que já tiveram dificuldade para encontrar um emprego pelo mesmo motivo. Além disso, a pesquisa também mostra que 38% das empresas ainda têm restrições para contratação de indivíduos *gays*.

“Põe a cara no sol, mona”, a gíria do universo LGBTT que intitula este trabalho, está relacionada com um dos resultados da pesquisa que aponta a autocensura do sujeito *gay*. Pôr a cara no sol, neste caso, se relaciona tanto ao jornalista *gay*, quanto ao próprio jornalismo fazerem a ruptura com a heteronormatividade.

Os conceitos de heteronormatividade, sexo, identidade e gênero norteiam a pesquisa e estão assentados em Judith Butler, Guacira Louro e Stuart Hall. Introduzimos, ainda, noções da teoria *queer*, que questiona o ser masculino e feminino na sociedade, a materialidade do corpo e os significantes do gênero.

A pesquisa é relevante por ser uma contribuição para o campo científico, tendo em vista que para a área de jornalismo, o estudo de gênero pautado nas relações entre jornalismo e heteronormatividade, no exercício da profissão do jornalista *gay*, é inédito. Através de pesquisas no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), em anais de eventos como o da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) e bibliotecas eletrônicas como a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), foi constatado que não há pesquisas que abordem as relações entre estas três interfaces (jornalismo, heteronormatividade e jornalistas *gays*), o que (re)afirma o ineditismo desta pesquisa.

A pesquisa visa contribuir, também, para o campo das práticas sociais, presente no jornalismo, e nos estudos de gênero, bem como contribuir para um diagnóstico no campo profissional sobre os constrangimentos decorrentes da identidade sexual. Podem-

---

<sup>3</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/concursos-e-emprego/noticia/2015/05/1-em-cada-5-empresas-naocontrataria-homossexuais-diz-estudo.html>. Acesso em 12 ago. 2016.

<sup>4</sup> Disponível em: <http://exame.abril.com.br/carreira/40-dos-profissionais-lgbt-ja-sofreram-discriminacao-notrabalho-diz-estudo/>. Acesso em 12 ago. 2016.

do servir de alerta sobre o tema para entidades sindicais e empresas do campo jornalístico.

O objetivo geral da pesquisa é descrever como se configura a heteronormatividade na prática jornalística. Os objetivos específicos são: compreender de que forma a identidade sexual dos jornalistas *gays* são veladas por causa da normatividade e mapear quais as expressões de constrangimentos no exercício do jornalismo por conta da heteronormatividade.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que segundo Michael Angrosino (2009, p. 8), “esse tipo de pesquisa visa abordar o mundo ‘lá fora’ e entender, descrever e às vezes, explicar os fenômenos sociais ‘de dentro’ de diversas maneiras diferentes”. Trata-se de uma pesquisa empírica porque a produção do conhecimento é feito a partir da interação com os sujeitos da pesquisa. Segundo Lucia Santaella (2010, p. 93), “a pesquisa empírica dirige-se para 'a face experimental e observável dos fenômenos' manipulando fatos e dados e procurando traduzir os resultados em dimensões mensuráveis”. A técnica utilizada para realização da investigação é a entrevista semiestruturada. Neste tipo de entrevista, “o entrevistado tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada; permite explorar mais amplamente uma questão” (MICHEL, 2005, p. 45). As entrevistas foram feitas com dez jornalistas que estão no exercício da profissão e autodeclarados *gays*, sendo assim, esta pesquisa implicará num recorte da totalidade social.

A abordagem dos sujeitos foi feita através de grupos em rede social em São Paulo que reúnem *gays*. A escolha do local está amparada na pesquisa do “Perfil do Jornalista Brasileiro”, do Núcleo de Estudos sobre Transformações no Mundo do Trabalho, da Universidade Federal de Santa Catarina (TMT/UFSC), de 2012. Em relação aos jornalistas que atuam na mídia, pode-se afirmar que quatro em cada dez residiam e trabalhavam em São Paulo. O estado possui o maior número de jornalistas e de grupos do movimento *gay* em rede social. Além de São Paulo, realizamos entrevista com um profissional no interior de Santa Catarina.

As entrevistas foram realizadas pessoalmente e gravadas em áudio no segundo semestre de 2016. O projeto desta investigação foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética na Pesquisa – CEP Unipampa.

Para a análise de dados, utilizamos a técnica de análise de conteúdo. Segundo Laurence Bardin (1997), a análise de conteúdo é um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplicam a vários discursos, ela é baseada na dedução e, em relação a interpretação, a análise de conteúdo transita entre dois polos: a objetividade e a subjetivi-

dade. Esta técnica se presta a analisar diferentes fontes de conteúdo (verbais ou não-verbais), aqui a análise foi feita sobre o conteúdo das entrevistas. Levamos em consideração as etapas desta técnica destacadas nos estudos de Bardin. Inicialmente, fizemos uma pré-análise. Nesta fase, após transcrição das entrevistas, fizemos a leitura do material efetivando a organização e sistematizando as entrevistas. Logo após, exploramos o material. Fizemos a classificação e agrupamento em categorias comuns (constrangimentos, recompensas e sanções, autocensura e expressões de heteronormatividade). A última etapa foi o tratamento dos resultados, inferência e interpretação, na qual captamos os conteúdos contidos no material e respaldamos no referencial teórico.

O artigo está estruturado, além desta introdução, em mais três tópicos: “Identidade sexual e cultura heteronormativa”; “O sistema de recompensas e sanções”; e o último descreve a configuração da heteronormatividade no exercício da profissão, a partir das entrevistas realizadas com os jornalistas autodeclarados *gays*. Por fim, nas considerações finais, retomamos os objetivos de pesquisa sistematizando os achados da investigação.

## **2. Identidade sexual e cultura heteronormativa**

Guacira Louro (2008) afirma que somos “viajantes pós-modernos”, e, como viajantes, temos uma trajetória a ser seguida. Trazendo esta metáfora para o campo da sexualidade, pode-se dizer que o sujeito-viajante, ao nascer, tem um caminho traçado. A cultura, ao qual ele está imerso, afirma que o único caminho a ser seguido é o da heterossexualidade. Todavia, há aqueles que a bússola aponta para outra direção. Estes fogem da rota fixada, se aventuram por outros caminhos e experimentam o inesperado. “Aventureiros ou desviantes, seduzidos ou empurrados por quaisquer razões, há aqueles e aquelas que se desviam das regras e da direção planejada” (LOURO, 2008, p.17). Contudo, ainda que sejam tomadas todas as precauções, há aqueles que transgridem os arranjos e subvertem a norma.

A norma predominante em nossa sociedade estabelece que o menino, ao nascer, tenha os atributos do universo masculino: seja viril (a mulher é sensível), e, essencialmente heterossexual. As instituições sociais baseiam as suas convicções dentro deste padrão hegemônico. Através de imagens e discursos, elas ditam a maneira "certa" de nos comportar, vestir, com quem se deve relacionar e todos aqueles que não seguem a esta lógica são vistos como anomalia. Este padrão, baseado na heterossexualidade com-

pulsória (BUTLER, 2003), é chamado por alguns teóricos, tais como: Guacira Louro (2008), Marco Prado e Frederico Machado (2008), de heteronormatividade.

A heteronormatividade regula os corpos, criando um parâmetro de normalidade em relação à sexualidade, evidenciando como norma e como normal a atração e/ou comportamento sexual entre indivíduos de sexos diferentes, ou seja, ditando o que é certo ou errado, convencionalmente e afetando as relações sociais. A heteronormatividade impõe o caminho, porém, o *gay* trilha outro percurso. Assim, desvia da norma estabelecida em sua cultura. O *gay* é estrangeiro em terra de heteronormatividade. “Esses se tornarão, então, alvos preferenciais das pedagogias corretivas e das ações de recuperação ou de punição. Para eles e para elas a sociedade reservará penalidades, sanções, reformas e exclusões” (LOURO, 2008, p.16).

Esta normatividade, também, hierarquiza os sujeitos dentro da sociedade. “A norma que se estabelece, historicamente, remete ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão e essa passa a ser a referência que não precisa mais ser nomeada” (LOURO, 2001, p.9). Nesta lógica, segundo Louro (2001, p.9), “a mulher é representada como “o segundo sexo” e *gays* e lésbicas são descritos como desviantes da norma heterossexual”. Desse modo, as sociedades realizam um discurso que, concebe “os contornos demarcadores das fronteiras entre aqueles que representam a norma e aqueles que ficam fora dela, às suas margens” (LOURO, 2001, p.9).

Em nossa cultura, as manifestações de afeto entre dois homens são alvo de uma vigilância muito mais intensa do que entre duas mulheres. Socialmente, as expressões físicas de amizade e de afeto entre homens são controladas, quase impedidas (LOURO, 2001). Porque o pensamento social prevê que “é preciso ser cauteloso e manter a camaradagem dentro de seus limites, empregando apenas gestos e comportamentos autorizados para o ‘macho’” (LOURO, 2001, p.19). A autora relata que meninos e meninas aprendem, também desde muito cedo, piadas e gozações, apelidos e gestos para dirigirem àqueles e àquelas que não se ajustam aos padrões de gênero e de sexualidade admitidos na cultura em que vivem.

O gênero diz respeito à construção social e histórica do ser masculino e do ser feminino, ou seja, às características e atitudes atribuídas a cada um deles em cada sociedade. O gênero representa os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado (BUTLER, 2003). O que quer dizer que agir e sentir-se como homem e como mulher depende de cada contexto sociocultural. O conceito de gênero passa a ser usado, então, com um forte apelo relacional, pois é no âmbito das relações sociais que se constroem os gêneros e estes constituem a identidade dos sujeitos (LOURO, 1997).

Butler (2001) ressalta que o termo "sexo" significava, originalmente, "o resultado da divisão da humanidade no segmento feminino e no segmento masculino" (BUTLER, 2001, p.28). Segundo a autora, "sexo" referia-se às diferenças entre homens e mulheres, mas também à forma como homens e mulheres se relacionavam. Nos últimos dois séculos, "sexo" obteve outro sentido mais preciso, se referindo às diferenças anatômicas entre homens e mulheres, evidenciando os corpos marcadamente diferenciados e ao que nos divide enquanto homens e mulheres (BUTLER, 2001). Todavia, Butler deu a sua contribuição afirmando que a concepção de sexo está para além do biológico:

Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado 'sexo' seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma (BUTLER, 2003, p. 25).

O sexo seria também uma construção discursiva/cultural (assim como o gênero) produzida a partir de uma suposta natureza sexuada.

Segundo Machado e Prado (2008), a identidade também é uma construção social. "Identidade é um conceito capaz de expressar uma síntese de uma construção social que está implicada por formas de identificação pessoal e grupal, mas também por formas de atribuição social" (MACHADO; PRADO, 2008, p. 17). As identidades sexuais se constituem através de formas de como os sujeitos vivem sua sexualidade, com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as. Por outro lado, os sujeitos também se identificam, social e historicamente, como masculinos ou femininos e assim constroem suas identidades de gênero (LOURO, 1997).

A identidade *gay* está assentada na teoria *queer*. Segundo Louro (2008), *queer* é tudo que é estranho, esquisito, raro. É o sujeito da sexualidade desviante. É um jeito de pensar que desafia as normas regulatórias da sociedade. O *gay* pode ser considerado *queer* por ser questionador, transgressor, ambíguo. Um corpo que convida a pensar conceitos, dentro da nossa sociedade, no que tange as questões de gênero e sexualidade. Para os teóricos e teóricas *queer*, para, além disso, este corpo rompe as normas regulatórias de sexo (LOURO, 2008).

A teoria *queer* problematiza a heterormatividade, deixando evidente que não há só uma forma de vivenciar a sexualidade e que o mundo social é perpassado por identidade *queer* e por gênero.

As diferentes instituições e práticas sociais são constituídas pelos gêneros e são, também, constituintes dos gêneros. Estas práticas e instituições "fabricam" os sujeitos. Busca-se compreender que a justiça, a igreja, as práticas educativas ou de governo, a política, [jornalismo]

etc. são atravessadas pelos gêneros: essas instâncias, práticas ou espaços sociais são "generificados" — produzem-se, ou "engendram-se", a partir das relações de gênero (mas não apenas a partir dessas relações, e sim, também, das relações de classe, étnicas, etc.) (LOURO, 1997, p. 25).

Dessa forma, vale ressaltar que, o jornalismo possui o gênero informativo, interpretativo e opinativo, porém, observa-se que o gênero que mais se sobressai, é o gênero masculino. Um gênero masculino e heterossexual. A constatação de que o jornalismo tem este gênero está apoiada em Veiga (2010) e de que possui a identidade heterossexual está amparada na pesquisa empírica realizada neste estudo, que permitiu o reconhecimento de que o mesmo é perpassado por valores hegemônicos, como será discutido na análise.

### 3. O sistema de recompensas e sanções no jornalismo

- “Mas de novo? O que esses caras querem? Isso é um preciosíssimo!”

No dia 28 de junho comemora-se o dia Internacional do Orgulho *Gay* e no dia 10 do mês seguinte aconteceria a parada LGBTT de uma cidade do interior de Santa Catarina. O produtor de telejornalismo, Gabriel<sup>5</sup>, levou essas pautas para a reunião. Porém, foi censurado pelo apresentador do telejornal, que compreendeu que aquelas pautas fugiam dos padrões do jornal diário. O produtor se sentiu constrangido pelo fato de ser *gay*. “Vejo o preconceito, no sentido de que para ele, *gays* querem algo mais, querem privilégios e que isso não é pauta para o jornal”, afirma Gabriel.

Este fato deixa evidente que o exercício do jornalismo é marcado por constrangimentos e censuras. Desse modo, em seus estudos, Warren Breed (1993) afirma que, dentro da redação, as normas da empresa sobrepõem aos valores individuais dos jornalistas. O jornalista precisa se adaptar às políticas editoriais da organização e não se opor a ela, isso representa um obstáculo na carreira. Pois, as condutas consideradas apropriadas recebem da sua chefia as recompensas e ajuda na ascensão profissional, as contrárias, recebem sanções. O jornalista adequa-se à política editorial não por existirem normas, mas por um processo de recompensas e sanções, já que quando faz algo que a organização julga certo ele ganha uma recompensa e quando a orientação política não for seguida, ele sofre uma sanção. O jornalista se vê inserido em um sistema de recompensas e sanções (BREED, 1993).

---

<sup>5</sup> Nome fictício para garantir o anonimato da fonte.

Segundo Breed (1993), as normas da empresa não são explicadas, os novatos aprendem por “osmose”, ou seja, no processo de socialização. A aprendizagem da política editorial é um processo que o jornalista aprende no decorrer da sua trajetória dentro da empresa. Ele descobre e interioriza seus direitos e obrigações. “Aprende a antever aquilo que se espera dele, a fim de obter recompensas e evitar penalidades” (BREED, 1993, p. 155).

No exercício da profissão, o jornalista é ciente de que o seu trabalho vai passar por um sistema organizacional, em que dentro de uma hierarquia, os seus superiores e os seus assistentes têm certos poderes e meios de controle (TRAQUINA, 2001). Dentro da redação, por exemplo, o jornalista antecipa-se às expectativas dos seus superiores com o objetivo de evitar possíveis retoques dos seus textos e repreensões. Dois meios que fazem parte do sistema de controle e que podem ter efeitos sobre a manutenção ou não do seu lugar, a escolha das suas tarefas e a sua promoção - quer dizer, nada menos do que a sua carreira profissional (TRAQUINA, 2001).

A repreensão da chefia faz parte do sistema de controle, porém, ela não ocorre de forma declarada e agressiva, mas de forma indireta. Além de mudanças e cortes no texto do repórter, a disposição da notícia em espaço de menor destaque, não creditar a notícia do repórter são algumas sanções que os jornalistas sofrem no exercício da profissão (BREED, 1993).

Dessa forma, além da autoridade institucional e sanções, o autor elenca mais cinco razões da acomodação do jornalista para com a orientação política: 1) Sentimento de obrigação e de estima para com os superiores; 2) Aspirações de mobilidade; 3) A ausência de conflitos de grupos é outro motivo que leva ao conformismo; 4) O prazer da atividade é outro motivo que leva a acomodação dos jornalistas para com a orientação política; 5) A notícia como valor. A notícia é o produto do jornalismo. Ela é um desafio constante, e é função do jornalista ir ao encontro desse desafio, ele é recompensado por esta tarefa (BREED, 1993).

Mesmo sujeitos aos crivos da política editorial, Breed (1993) ressalta que os jornalistas têm uma relativa dose de autonomia no contexto produtivo e podem driblar essas interferências em alguns momentos, “limando as arestas da política editorial sempre que possível” (1993, p. 164). Neste sentido, o autor afirma que o conformismo em relação à política editorial pode ser amenizado pelo sentimento de autonomia profissional da maioria dos jornalistas. Segundo ele, existem cinco fatores que ajudam a iludir a orientação política da empresa: a falta de clareza de grande parte das normas presentes na política editorial, que costuma ser vaga ou pouco estruturada, assim surge uma zona de



escape que permite desvios; A produção da notícia, chefes podem ignorar certos fatos porque quem tem a função de ir atrás da notícia é o *staffer*, sendo assim, muitas vezes, escapam ao controle dos chefes, que não estão presentes durante a coleta e redação das informações, e o *staffer* usar seus conhecimentos na subversão da política editorial; O jornalista pode utilizar a tática da prova forjada. Mesmo que a política editorial não queira dar ênfase a um determinado assunto, um repórter que obtenha uma boa história sobre aquele assunto, pode mandar a sua matéria para outro repórter amigo publicá-la e apresentá-la depois ao seu próprio editor, alegando que a matéria era importante para ignorá-la; O *staffer* tem o poder de selecionar o que vai ou não na notícia; Aqueles jornalistas que conseguem conquistar prestígios em sua trajetória profissional, como colunistas ou repórteres especiais, recebendo o estatuto de “estrelas”, ganham autonomia e podem se livrar mais facilmente dos constrangimentos organizacionais, podendo transgredir com mais facilidade a política editorial.

Ainda considerando essas possibilidades de desvios, Breed conclui que “os padrões culturais da sala de redação produzem resultados insuficientes para as mais vastas necessidades democráticas” (1993, p.166).

Vale ressaltar, ainda, que as normas profissionais transcendem o espaço físico da redação e, segundo o autor, estas normas são de dois tipos: as normas técnicas – que envolvem os procedimentos práticos de seleção, escrita e preparação das notícias; e as normas éticas – que dizem respeito aos códigos de conduta, ao compromisso do jornalista para com os leitores e à profissão, incluindo ideais como a responsabilidade, a imparcialidade, objetividade e a exatidão. No entanto, “a orientação política é disfarçada devido à existência de normas éticas de jornalismo: a orientação política transgredir estas normas muitas vezes” (BREED, 1993, p.153). Percebe-se que o fazer ético da profissão, muitas vezes, é velado por conta da política organizacional, e, por outro lado, as normas técnicas da profissão padronizam os jornalistas, mascarando o preconceito e a discriminação em relação aos jornalistas autodeclarados *gays*, encobertos pelo argumento da norma técnica do fazer jornalístico, como veremos a seguir.

#### **4. Com a palavra, os sujeitos da pesquisa: as recompensas e sanções**

Os sujeitos da pesquisa são dez jornalistas autodeclarados *gays*, com idade entre 23 e 53 anos que dividirão as suas experiências profissionais e como sua identidade sexual tem implicações no exercício do jornalismo:

**Quadro 1-** Descrição do perfil profissional dos entrevistados

Carlos <sup>6</sup>	Trabalhou na Rede Globo, Rede Record, BAND e SBT <sup>7</sup> . Atualmente, é chefe de comunicação de uma Instituição Cultural em São Paulo, capital.
Fernando	Trabalhou na BAND, no site Terra, TVCOM/RBS, Rádio Guaíba. Atualmente, trabalha em uma Emissora de TV nacional.
Gabriel	Graduou-se em 2014 e em seguida começou a trabalhar numa Emissora de TV no Sul do país, onde está até hoje.
Hugo	Trabalhou na BAND. Atualmente, trabalha em outra emissora de TV nacional na produção de telejornais.
Luan	Trabalhou no jornal “Agora” e no site Terra. Atualmente trabalha na Assessoria do Governo de um estado no sudeste do país.
Marcelo	Trabalhou na CBN. Atualmente, é editor de texto em uma emissora de TV nacional.
Pedro	Trabalhou no jornal “O Estado de São Paulo”. Atualmente, é chefe de redação de uma revista <i>teen</i> de circulação nacional.
Ricardo	Trabalhou como estagiário no site da Band. Atualmente, é editor de texto de uma outra emissora de TV nacional.
Roger	Trabalhou no R7 da Record. Atualmente, é apresentador, repórter e editor de uma TV Corporativa em São Paulo.
Victor	Trabalhou no jornal “Agora” e Folha de São Paulo. Atualmente, tem sua empresa de comunicação e é colaborador da Folha de São Paulo.

**Fonte:** elaboração do autor

Pedro é editor chefe de uma das Revistas *Teens* mais populares do Brasil, mas antes de trabalhar com o público feminino, exerceu a profissão no jornal O Estado de São Paulo, mais conhecido como Estadão. “Ali, não era o meu lugar. Era muito conservador”, comenta. Ele afirma que na redação daquele jornal, possuía uma postura defensiva. “O ambiente é mais sério, isso me incomodava. Hoje, eu olhando para trás, eu acho que eu fui mais combativo que eles. Eu já fui para lá achando que eles não receberiam bem um *gay*”. Por conta da heteronormatividade, há um reconhecimento por parte do jornalista, que por ele ser *gay*, antes mesmo de estar trabalhando em determinada redação, pensa na sanção. Dessa forma, o sujeito determina o próprio comportamento a

<sup>6</sup> Usamos nomes fictícios para todos os entrevistados com o objetivo de garantir o anonimato.

<sup>7</sup> Optamos por explicitar as empresas que os sujeitos já trabalharam como modo de evidenciar a trajetória destes no jornalismo de referência no Brasil. Entretanto, para garantir a confidencialidade de suas identidades, a empresa que atuam atualmente será apresentada de modo genérico, numerando as emissoras, por exemplo, nos insertos de entrevistas ou omitindo qualquer dado que possa ferir a confidencialidade.

partir do pressuposto, é um ponto de vista construído no alicerce da norma vigente, no contexto heteronormativo.

O medo das sanções no exercício da profissão, além de levar ao conformismo com a política editorial (BREED, 1993), faz com que o jornalista *gay* se sinta constrangido em determinadas escolhas no tocante ao mundo profissional, é o que percebemos neste relato de Pedro: “Eu fui convidado por uma amiga para fazer uma coluna: ‘Pergunte ao amigo *gay*!’. Eu aceitei, achava divertidíssimo, mas essa coluna não tinha uma assinatura, não aparecia, eu fazia isso simultaneamente ao meu trabalho em [uma revista *teen* de grande circulação nacional]. Na terceira ou na quarta edição, deu certo a coluna, a minha amiga disse: ‘vamos assinar? Vamos fazer fotos?’ Morri de medo porque eu sempre tive grandes planos [na revista]. Então, fui conversar com amigos que já trabalhavam aqui há mais tempo. E todos eles me recomendaram a não prosseguir com a coluna porque isso me marcaria como o ‘amigo *gay*’ e isso atrapalharia a minha carreira aqui dentro. Na época acreditei que isso era possível, aí parei de fazer a coluna. Abri mão de fazer algo que eu queria fazer para não sofrer retaliações, tinha medo que isso prejudicasse meu plano de carreira”, afirma Pedro. Para o jornalista, a identidade sexual poderia colocar em cheque o seu plano de carreira. Deixando evidente, através da sua escolha, que o sujeito *gay* não é bem visto socialmente e que a identidade sexual que rompe com a norma heterossexual é passível de receber sanções no ambiente laboral.

A mesma preocupação é percebida no relato de Marcelo: “Eu perguntei ao meu chefe quais foram os últimos [editores] que se promoveram. Eu sou editor de texto, a promoção seria para editor executivo. Eu percebi que não tem nenhum editor executivo que seja *gay*, aí, isso já me preocupou”. Na concepção de Breed (1993) todo *staffer* tem aspirações de mobilidade e concordam que lutar contra a orientação política constitui um obstáculo para alcançar esse objetivo na carreira. Para o jornalista *gay*, além dessa preocupação com a orientação política, há uma impressão de que ele não terá ascensão profissional por causa da sua identidade sexual.

Observamos nos estudos de Breed (1993), a identificação de algumas sanções que os jornalistas vivenciam no exercício da profissão. A reescrita do texto, por exemplo, alteração das peças e cortes no material elaborado. O relato de Fernando ilustra a pesquisa do autor: “Uma vez, eu estava editando um vídeo para uma campanha que [uma emissora no Sul do Brasil] tinha sobre o crack. E numa dessas, eu havia colocado uma passagem de uma reportagem que foi feita em Santa Catarina por um repórter que dava para ver claramente, era um ao vivo, que ele foi afeminado na entrada. E eu coloquei este trecho e o meu chefe mandou tirar. Claro que na época, eu não questioneei, mas

foi muito nítido que aquilo incomodou ele”, nos conta o editor de texto. A sanção acontece, neste caso, por conta de uma heteronormatividade. Aquele repórter não se encaixava nos padrões estabelecidos pela linha editorial daquela empresa. Breed (1993) afirma que alguns aspectos da linha editorial não estão explícitos, mas o novato aprende por osmose. Há uma espécie de cultura da redação que de algum modo sustenta alguns pilares da política editorial, aspectos que vão além daqueles declarados como missão, visão, valores, etc. É possível, inclusive, em se tratando de identidade sexual, pensarmos que a cultura externa à redação já aponta para um comportamento e uma expressão corporal, masculina, do repórter e o ambiente na redação reforça esta expectativa sem necessariamente estar dito no manual de estilo ou o chefe explicitá-la na fala.

“Certas ações editoriais levadas a cabo pelos editores e pelos *staffers* mais velhos também servem de guias de controle. ‘Se as coisas são constantemente censuradas’, disse um repórter, fica-se a saber que ele (o editor) tem um preconceito a esse respeito” (BREED, 1993,p.155).

Outras formas de constrangimentos dentro do âmbito redacional são as piadinhas, os comentários, as brincadeiras e deboches. São formas de expressões de heteronormatividade e (re)afirmam a subalternidade do *gay* na sociedade. “Já notei algumas brincadeiras. Uma vez, no amigo secreto, na época da [Emissora de TV 1<sup>8</sup>] um colega fez uma brincadeira comigo com o fato de eu ser *gay*. Não me lembro agora ao certo. Só lembro que fiquei constrangido e não consegui chamar meu amigo secreto porque tinha uma chefia. Fiquei nervoso e com vergonha”, relata Fernando, atualmente, editor de texto na emissora de TV 2.

Estas expressões nem sempre têm a intenção de ofender, no entanto, demonstram a não aceitação dos colegas: “Vivi uma situação específica de um colega de trabalho e fui defendido por uma colega. A minha voz nunca foi muito grave. Em algum momento este colega de trabalho virou e falou assim: ‘Nossa, para de dar pinta!’. E a minha colega virou e falou assim: ‘Não enche o saco do menino, você não paga as contas dele’. Ali para mim, foi um divisor de águas. Naquele momento, eu senti 100% amparado para todas as pessoas saberem que eu tinha um relacionamento com outro homem”, relata o produtor chefe de telejornais de uma rede de televisão nacional, Hugo. Fica evidente que as sanções dentro do exercício da profissão do jornalista *gay* não acontecem, apenas, no material jornalístico, mas também na disciplina do próprio corpo. O sujeito passa por um disciplinamento do corpo, tendo a sua identidade sexual velada e enquadrada dentro da norma vigente, quando é pedido para deixar de dar “pinta”. Neste

---

<sup>8</sup> Numerar as emissoras é uma forma de deixar claro que são emissoras diferentes.

sentido, conforme Louro (2000), os corpos são disciplinados, ensinados, categorizados, magoados, coagidos.

Hugo afirma que o caso citado aconteceu no início da sua carreira, mas que ele é atemporal e se repete nas redações. “Não conheço ninguém que sofreu o preconceito de frente. Mas, se vive o preconceito diário, das piadinhas dos deboches, não comigo, mas percebo no ar, porque o mundo é assim”. Conforme Prado e Machado (2008), o preconceito é revestido de atribuições sociais negativas advindas da moral, da religião ou mesmo das ciências, produzindo a hierarquia sexual, colocando o *gay* em um patamar de subalternidade.

O constrangimento transcende o ambiente redacional. Gabriel, produtor de uma emissora de TV no sul do Brasil, relata: “teve um dia, quando ocorreu o atentado de Orlando, nos EUA. Eu atualizei a foto de perfil do meu *facebook* com a bandeira do arco-íris. Na segunda-feira, o meu chefe disse: ‘Eu vi que tu atualizou (*sic*) a foto lá no *facebook*’, foi uma alfinetada, porque para ele, eu estava me posicionando politicamente para alguma coisa”, relata Gabriel. Verificamos que as sanções e a vigilância transcendem a redação e entram na vida privada do jornalista, especialmente em temas de redes sociais digitais em que parece confundir-se o perfil profissional e público com o perfil pessoal e privado.

Pedro foi constrangido por colegas de profissão de uma emissora de TV, quando fazia uma cobertura jornalística para a revista *teen* que trabalha. “Eu estava em uma pré-estreia de a ‘Bela e a Fera’. Estava chegando com uma amiga e eles [repórteres] estavam na entrada do Teatro Brigadeiro. Quando eu cheguei, ele já veio com o microfone: ‘cabeleireiro ou maquiador?’ Eu disse que sou um jornalista, aí ele disse: ‘Hum, tá nervosa?’”.

Carlos é chefe de Comunicação de uma Instituição Cultural em São Paulo. Na sua visão, o jornalista *gay* sofre muitas sanções no exercício da profissão. “Para o *gay* que tem mais características, estereótipo, ele sofre mais. Pelo fato de que a piadinha corre ao redor, isso ainda acontece. É mais difícil para o *gay* que tem mais o estereótipo”. Além das piadas que permeiam o ambiente redacional, Carlos ressalta que alguns *gays* têm menos acesso a um salário maior. “O meu irmão é *gay*, ele é editor executivo da [Emissora de TV] e ele tem um salário mais baixo de que os outros editores executivos heterossexuais”. Segundo a pesquisa do “Perfil do Jornalista Brasileiro”, as mulheres jornalistas, mais jovens, recebem menores salários em relação aos homens; eram maioria em todas as faixas até 5 salários mínimos e minoria em todas as faixas superiores a 5 salários mínimos. Mas, um dado curioso é que a mesma pesquisa informa que alguns

homens recebem menos que outros. Todavia, não se explica o porquê dessa discrepância entre o mesmo sexo. Conforme o relato acima, um possível motivo seria a identidade sexual.

Baseado nos relatos e conforme explicita Louro (2001) percebemos que é através do disciplinamento, das sanções e constrangimentos que o sujeito *gay* aprende a vergonha e a culpa; experimentando a censura e o controle. “Acreditando que as questões da sexualidade são assuntos privados, deixamos de perceber sua dimensão social e política” (LOURO,2000, p.18). Observamos que alguns sujeitos da pesquisa não relataram ações ocorridas dentro da empresa jornalística por conta da confidencialidade ou medo de sanções: “Nós temos uma clausula de confidencialidade, têm coisas que não dá para falar. Então, a gente reforça que não pode ter exposição do nome e nem da empresa”, relata Marcelo. Isso acontece, segundo Breed (1993) porque eles têm estima e consideração para com os seus superiores por tê-los contratado. O fato de ser contratado está no campo das recompensas.

Uma recompensa da profissão de jornalista é relatada por Marcelo. “É difícil materializar isso, mas, eu sempre gostei de informação, de estar bem informado, de gostar de ler”, conta. Estar sempre informado, sendo o primeiro a saber das coisas é uma das gratificações simbólicas identificadas nos estudos de Breed (1993).

Conviver com pessoas notáveis e célebres, para Breed (1993), é uma gratificação não financeira. “Uma vez eu fiz um perfil de um dos atores de Crepúsculo, e eu iniciava o texto dizendo: ‘Meu Deus, que cara lindo!’, eu coloquei naturalmente no texto, eu encontrei com ele, e ele se arrumou para falar comigo e naquela hora eu pensei: ‘Gente, ele vai virar um lobo e me atacar!’, Pedro relata descontraído.

Para Hugo, a recompensa da profissão está no campo simbólico que é o retorno do público. “Se naquela matéria de dois minutos, a pessoa entender o que ela não conhecia, o meu papel está cumprido”. Seguindo a mesma linha de pensamento de Hugo, Roger relata que a recompensa por ser jornalista está em ajudar as pessoas com a informação prestada. “Levar a informação, a promoção da saúde e poder ajudar as pessoas me faz bem”.

Outra recompensa não financeira, segundo Breed (1993), está na proximidade do jornalista com o poder. Luan trabalha na Assessoria do governo de um estado no sudeste do país, está próximo do poder, mas não é responsável pelas decisões e consequências do exercício do poder.

No dizer de Breed(1993), apesar dos constrangimentos, sanções e, muitas vezes, remuneração relativamente baixa, o jornalista suporta a profissão por causa das recompensas. E por vezes, eles se sentem parte integrante de uma empresa em plena atividade.

#### **4.1 A autocensura como expressão da heteronormatividade**

Butler (2003) defende que a heteronormatividade cria os corpos inteligíveis, ou seja, aqueles que são considerados aceitáveis, compreendidos, justamente porque estão inscritos dentro da matriz hegemônica, mas que, ao mesmo tempo, essa própria heteronormatividade produz também os corpos impensáveis, não inteligíveis. Esses corpos além de disciplinados por esta norma regulatória do sexo faz com que o sujeito não-heterossexual se autocensure. Dessa forma, o comportamento do indivíduo *gay* é restrito, ele se autocensura com vistas a adequar-se ao ambiente de trabalho a que pertence, seja para evitar constrangimentos e sanções, seja para manter o segredo da identidade sexual que possui.

Como Gabriel trabalha em uma cidade do interior e a emissora é de pequeno porte, logo, tem uma mão de obra reduzida, em virtude disso, fez algumas coberturas como repórter. Saindo da produção e trabalhando frente às câmeras, sempre teve a preocupação com a sua locução no *off* da matéria: “Já deixei de usar perguntas que seriam importantes na reportagem por eu achar que a minha voz estava muito afeminada, não estava uma voz boa. Já deixei várias vezes. E na TV, já regravei milhares de vezes os *off's* das reportagens para deixar alinhado”, comenta Gabriel.

Outro relato que compactua com este pensamento de Gabriel, é o de Fernando: “Quando eu queria ser repórter e estar no vídeo. Eu me lembro que me continha muito nos trejeitos, na entonação da voz. Eu achava que eu tinha que disfarçar. Nessa época que eu tinha muito interesse em ser do vídeo, eu me lembro que eu tomava muito cuidado com isso. Eu tinha receio das pessoas descobrirem ou pelo menos de ficar muito evidente. E no rádio, eu cuidava também porque eu tinha um pouco de receio de ficar uma voz afeminada”. Percebemos através destes relatos que o jornalista *gay* se autocensura por conta da heteronormatividade que impera na sociedade e é reproduzida no jornalismo.

Fernando, ainda, ressalta que já conteve os trejeitos com a sua chefia. “Com os chefes, eu tinha muito esta postura de me cuidar. Porque a gente não sabe até que ponto o teu chefe vai usar isso contra. Ele pode dizer: ‘eu acho que o [Fernando] é muito afeminado, não vou deixar ele no vídeo.’ ‘Tem uma vaga no vídeo, mas não vou colocar o

[Fernando] porque ele é afeminado’. Então, eu acho que isso é um fantasma que ronda, sempre. Dependendo da pretensão que tu tens”. O jornalista *gay* emerge-se no padrão hegemônico construído e que o jornalismo tenta validar através do argumento técnico: “as expressões do corpo do repórter ou apresentador não pode chamar mais atenção que a notícia”, por exemplo. O discurso de Fernando deixa claro que o telejornalismo encaixa o repórter dentro do padrão heteronormativo. “Significativamente, estar ‘fora’ da ordem hegemônica não significa estar ‘dentro’ de um estado sórdido e desordenado de natureza” (BUTLER, 2003, p.190). Todavia, o jornalista *gay* se autocensura porque a sua identidade sexual “é quase sempre concebida nos termos da economia significativa homofóbica, tanto como incivilizada, quanto como antinatural (BUTLER, 2003, p.190).

A autocensura é a ancoragem para o sujeito se tornar legítimo no ambiente de trabalho, submetendo-se à heteronormatividade. “Para se qualificar como um sujeito legítimo, como um ‘corpo que importa’, no dizer de Butler, o sujeito se verá obrigado a obedecer às normas que regulam sua cultura (BUTLER, 1999 *apud* LOURO, 2008, p.16).

De acordo com Butler, “esses atos, gestos e atuações (...) são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos” (BUTLER, 2003, p.194). O sujeito *gay*, algumas vezes, acaba fabricando em torno do seu corpo uma identidade heterossexual, ou seja, através dos seus atos e gestos, eles criam a ilusão de uma heterossexualidade, “ilusão mantida discursivamente como o propósito de regular a sexualidade nos termos da estrutura obrigatória da heterossexualidade reprodutora” (BUTLER, 2003, p.195). O caráter discursivo da sexualidade é transmutado por normas regulatórias que trabalham de forma performativa (os trejeitos são tipos de performatividade de gênero, por exemplo), ou seja, são reiteradamente repetidas para materializar os corpos, materializar o sexo dos sujeitos, são constantemente repetidas para que tal materialização ocorra. Dessa forma, as normas regulatórias do sexo repetem e reiteram, constantemente as normas dos gêneros e da sexualidade na ótica heterossexual. Em suma, o jornalista *gay* se autocensura, no dizer de Butler (2003), porque ele enxerga em seu corpo, um “corpo abjeto”<sup>9</sup>.

## 4.2 A cultura heteronormativa constitui profissionais heteronormativos

---

<sup>9</sup> Butler usa a noção de “corpo abjeto”, a todos os corpos que são excluídos do discurso hegemônico.



“- Ah! Você tem que arrumar alguém, poxa, você está muito sozinho” - disse a mãe.

“- Talvez, eu arrume alguém que não seja dentro dos padrões que vocês esperam” - respondeu Carlos.

A partir da conversa entre Carlos e sua mãe e do referencial teórico (Butler, 2003; Louro, 2008) usado nesta pesquisa, e nos estudos de Michel Foucault (2001), percebemos que a família é a primeira instituição que heteronormatiza o sujeito. “O indivíduo a ser corrigido vai aparecer nesse jogo, nesse conflito, nesse sistema de apoio que existe entre a família e, depois, a escola, a oficina, a rua, o bairro, a paróquia, a igreja, a polícia, etc” (FOUCAULT, 2001, p.72). Dessa maneira, o *gay* acaba vivenciando a heterossexualidade porque desde cedo lhe foi imposto o padrão heteronormativo. Ele se encaixa dentro da norma regulatória para se legitimar como sujeito dentro da sociedade (LOURO, 2008). Desse modo, o sujeito *gay* nega a sua identidade sexual e se desloca a outra “identidade”, como verificamos no relato a seguir: “Me assumi *gay* faz pouquíssimo tempo, em 2009. Namorei mulheres, quase casei. Eu digo que fui amante de mulheres. Eu tive uma vida heterossexual ativa. Mas, eu sabia, desde criança, já tinha percebido. Não me via dentro de um casamento heterossexual”, conta Carlos.

Para Prado e Machado (2008), o que torna o “sair do armário” um processo implicado por sofrimentos aos sujeitos, é a obrigação, na maioria das vezes, da busca por outros lugares de sociabilidade, de trabalho e identificação. O processo de “sair do armário” não consiste em dizer ao mundo que se é *gay*, mas viver de maneira natural tal como todos os fazem. Neste sentido, Hugo relata: “Mas, por experiência própria, ninguém é obrigado a dizer que é *gay*, mas você também não é obrigado a dizer o que você não é. Eu nunca disse a ninguém que não era, mas também nunca precisei dizer que era. Porque mostrei com meus atos, com meu relacionamento, com a minha aliança no dedo, com a minha convivência com a minha própria família”. O discurso de Hugo nos deixa uma interrogação: Por que o sujeito *gay* precisa confessar a sua sexualidade? Algum heterossexual confessa para alguém a sua sexualidade?

Foucault (2001) afirma que dentro de um contexto religioso, a confissão tem o papel da revelação de uma verdade. O autor relata que “a sexualidade, no ocidente, não é o que se cala, não é o que se é obrigado a calar, mas é o que se é obrigado a revelar” (FOUCAULT, 2001, p. 213).

“Se eu tivesse me descoberto *gay* antes. Se eu tivesse anunciado isso antes. Se isso fosse claro para todo mundo. Tenho certeza que não teria feito nada do que eu fiz”, Carlos evidencia durante a conversa que o sujeito *gay* tem menos oportunidade no jornalismo por conta da sua identidade sexual, seus relatos compactuam com o dizer de

Louro (2001, p.21): “Para aqueles e aquelas que se reconhecem nesse lugar [no mercado jornalístico], ‘assumir’ a condição de (...) [*gay*] ou de bissexual é um ato político e, nas atuais condições, um ato que ainda pode cobrar o alto preço da estigmatização”. O relato de Pedro evidencia o discurso de Louro: “Acho que a gente pode ser rotulado. O cara te olhar e achar que você tem que fazer fofoca na televisão, olhar e dizer que é uma bicha da moda, do entretenimento. Não negligenciando estes segmentos, mas só pelo fato de ser *gay*, eu tenho que falar de TV, cultura, de moda (...)”, relata Pedro. Muitos jornalistas *gays* são aceitos dentro das redações para trabalhar com estes segmentos citados por Pedro, eles acabam caindo no estigma que está no imaginário social.

Os membros da “tribo” jornalística possuem uma cultura profissional que é recheada em mitos (TRAQUINA, 2005), esta cultura está dentro de uma cultura maior que é recheada de machismo e conservadorismo, logo é heteronormativa. Por estar passada pela identidade sexual hegemônica, a atividade jornalística contribui para o processo de reprodução e valores da heteronormatividade. Exemplo disso é o telejornalismo: “O telejornalismo é a principal prática profissional de barreira para o *gay*. Eu tenho essa visão de que se eu for para uma TV aberta, não posso ter traços afeminados. Não poderei ser 100% eu, sofrerei retaliações”, afirma Roger.

Gabriel afirma que o jornalista *gay* tem dificuldade de exercer a profissão no telejornalismo por causa dos trejeitos e que eles podem chamar mais atenção que a notícia: “O argumento é que isso é feito porque o foco não é o repórter, não é a pessoa, o foco é a notícia. Mas, nesse sentido, como não está naturalizado uma locução de alguém *gay*, isso vai chamar atenção. A cultura *gay* não está naturalizada”. Entendemos que o discurso sobre o fazer técnico jornalístico reforça a discriminação e a heteronormatividade presentes na cultura.

Luan também ressalta a dificuldade do jornalista *gay* dentro do telejornalismo: “Como tem a questão da imagem, dificulta. Há um padrão. Se for um *gay* mais pintoso, ele terá mais dificuldade, com certeza. Nos bastidores de televisão, conheço muitos *gays*. Agora, para a posição de repórter e apresentador, a dificuldade é maior”.

Louro (1997) afirma que as instituições e práticas sociais são construídas por gênero, sexo, raça e classe, e assim “fabricam” os sujeitos. Percebemos, através destes relatos que o jornalismo além de possuir um gênero masculino, possui uma identidade sexual baseada nos valores hegemônicos da cultura: a heterossexualidade, mas uma “heterossexualidade compulsória” (Butler, 2003). Percebemos também que os próprios jornalistas *gays* se heteronormatizam para pleitear uma vaga de emprego ou ascensão profissional.

A heteronormatividade pode ser percebida em diversas ações no exercício da profissão do jornalista, que levam os sujeitos *gays* à demissão, a serem vítimas de retaliações não decorrentes de mau desempenho ou comportamento, receberem menor salário, à exclusão social de festividades da empresa, à retaliação de oportunidades, não assumir um relacionamento com alguém do mesmo sexo, não dá “pinta”<sup>10</sup>. São ações que inserem o sujeito *gay* em um sistema de constrangimentos e sanções. Embora, algumas dessas vivências não estão no cerne dos sujeitos da pesquisa, foi ressaltado como situações recorrentes em empresas jornalísticas.

### Considerações finais

O azul do seu quarto, a cor da roupa, a camisa do time que o pai é torcedor, o bate bola no quintal de casa, os discursos que afirmam que ele deve “pegar as minas”, “porque homem de verdade gosta de mulher”, são elementos constituintes da heteronormatividade e que é fixada na rotina do sujeito. A norma estabelecida em nossa cultura acaba evidenciando uma diferença comportamental, na qual os meninos agem de uma maneira e as meninas de outra. Um padrão que acaba limitando a liberdade deste menino, impedindo-o de viver abertamente a sua sexualidade.

Ao escolher jornalismo como profissão e vivendo dentro de uma cultura heteronormativa, o jornalista *gay* está sujeito a um sistema de constrangimentos e sanções, a ser vítima de retaliações não decorrentes de mau desempenho ou comportamento, diferença salarial, a retaliação de oportunidades, não assumir um relacionamento com alguém do mesmo sexo, conter os seus trejeitos e sofrer, através de colegas de trabalho, o disciplinamento do próprio corpo.

O medo das sanções no campo jornalístico faz com que o jornalista *gay* se sinta constrangido em determinadas escolhas no tocante ao mundo profissional. Por conta da heteronormatividade há um reconhecimento por parte do jornalista, que por ele ser *gay*, antes mesmo de estar trabalhando em determinada instância do jornalismo, prevê a sanção. O sujeito determina o próprio comportamento a partir do pressuposto, é um ponto de vista alicerçado no contexto heteronormativo. Sendo assim, observamos através dos relatos que “sair do armário” no ambiente de trabalho pode trazer consequências ao plano de carreira do jornalista. Além da preocupação com a orientação política, o jornalista *gay* tem a impressão de que ele não terá ascensão profissional por causa da sua identi-

---

<sup>10</sup> Neste caso, são gestos que denotam a identidade sexual do sujeito.

dade sexual, deixando evidente que o sujeito *gay* não é bem visto socialmente e que a identidade sexual que rompe com a norma heterossexual é passível de receber sanções no ambiente de trabalho.

Observamos, também, que as sanções e a vigilância rompem a redação e entram na vida privada do jornalista, especialmente em se tratando de redes sociais digitais em que parece confundir-se o perfil profissional e público com o perfil pessoal e privado. Pois, os jornalistas são representantes de determinada empresa e esta representação é baseada na norma regulatória do sexo.

Por ser perpassado pelo gênero masculino e a identidade heterossexual, o jornalismo, dentro das suas instâncias tenta validar o padrão hegemônico estabelecido em nossa cultura. Desse modo, as produções noticiosas, também, acabam refletindo as convenções sociais hegemônicas, enveredando pelo caminho da heteronormatividade. O jornalista sofre sanções no material jornalístico e em suas pautas de cunho LGBTTT.

Percebemos através dos relatos que o jornalista *gay* se autocensura por conta da heteronormatividade que impera na sociedade e é reproduzida no jornalismo (o repórter que deixa de usar um *off* na reportagem, que precisa regravar a passagem porque acha que não está no padrão, são exemplos citados). O jornalismo tenta validar a heteronormatividade através do argumento do fazer técnico: (“as expressões do corpo do repórter ou apresentador não pode chamar mais atenção que a notícia”, por exemplo). Dessa forma, percebemos que quanto mais trejeitos o sujeito *gay* tiver, mas ele sofrerá sanções e constrangimentos no ambiente redacional. Ao se autocensurar, o sujeito *gay* se heteronormatiza.

Em suma, o jornalista *gay* é tão heteronormativo quanto o jornalismo, pois a cultura em que estamos inseridos constitui sujeitos, profissões e profissionais heteronormativos. “O que impõe aos jornalistas, com certa urgência, buscarem desconstruir seus valores ‘retrógrados’ e abrirem espaço para novos saberes e olhares sobre o mundo” (DARDE, 2012, p.220).

No decorrer deste estudo outras implicações surgiram, exemplo disso está no relato de Gabriel, ao confessar que nunca sofreu preconceito no ambiente de trabalho: “Não, diretamente não. Mas, aquela coisa de me sentir privilegiado, não vejo preconceito. Mas, isso não acontece porque eu tenho outros privilégios: o fato de ser branco, de ser de classe média. Eu não acho bacana se exaltar pelo fato de ser privilegiado, mas são fatores que vão me afastando do preconceito”. Às vezes, os preconceitos se somam e, às vezes, outros elementos podem atenuar este processo. Foram problematizações que sur-

giram no campo, no entanto, não foram problematizadas por não estarem no cerne da pesquisa. Todavia, suscitam a continuidade deste trabalho.

## Referências

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. - Porto Alegre: Artmed, 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1997.

BREED, Warren. **Controlo Social na Redação. Uma análise Funcional**. In TRAQUINA, Nelson (Org). **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Veja 1993, pp.152-166.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

\_\_\_\_\_. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”**. In LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte, Autêntica, 2001, pp.151- 172.

DARDE, Vicente. **As representações sobre cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais no discurso jornalístico da Folha e do Estadão**. 2012. 230f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://lume.ufrgs.br/handle/10183/54524?show=full>>. Acesso em 07 jun. 2016.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. São Paulo: Tradução de Martins Fontes, 2001.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 11. ed. Rio de Janeiro, 1997.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. (Org.) **Pedagogias da Sexualidade. O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte, Autêntica, 2001, pp.07-32.

\_\_\_\_\_. **Um corpo Estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 1. ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 2005.

OLIVEIRA, Michele. **Profissão Jornalista: um estudo sobre representações sociais, identidade profissional e as condições de produção da notícia**. Bauru, 2005. Disponível em: <<https://www.faac.unesp.br/Home/PosGraduacao/Comunicacao/Dissertacoesdefendidas/michelleroxo.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2016.

PRADO, Marco Aurélio Máximo & MACHADO, Frederico Viana. **Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade**. São Paulo: Cortez, 2012.

RIBEIRO, Irineu Ramos. **A TV no armário: a identidade gay nos programas de telejornais brasileiros**. São Paulo: GLS, 2010.

SANTAELLA, Lucia. **Comunicação e Pesquisa: projetos para mestrado e doutorado**. 2. ed. São José do Rio Preto: Bluecom Comunicação, 2010.

TRAQUINA, Nelson. **O Estudo do Jornalismo no Século XX**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: A Tribo Jornalística - uma comunidade transnacional**. Lisboa: Editorial Notícias, 2005.

VEIGA, M. **Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias**. 2010. 250 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2010.